

LDO aprovada pelo Congresso evita superfaturamento de obra

Rejeição da “mediana elástica” para os custos das obras e serviços executados com recursos públicos – apontada como brecha para superfaturamento – foi um dos pontos do acordo governo-oposição, que também eliminou dispositivo que permitia ao governo gastar em custeio e investimento antes da aprovação do Orçamento. **2**

Senado vota 37 projetos e rejeita uma indicação

Nova lei de adoção, rigor contra exploração de menor e mais vagas para criança com deficiência estão entre as matérias acolhidas

Em esforço concentrado, o Senado votou 37 matérias, muitas delas voltadas à proteção da infância e adolescência. Mas nem tudo transcorreu em clima de acordo: por 30 votos a 20, o Plenário rejeitou a recondução de Bruno Pagnoccheschi para diretor da Agência Nacional de Águas. A decisão foi interpretada como reação à declaração do presidente Lula chamando os senadores de “bons pizzaiolos”. **3 a 5**

Tarifa social de energia, benefício para 22 milhões

Descontos podem chegar a 100%, conforme projeto aprovado. **4 e 5**

Presídios podem ter ensino médio e fundamental

Oferta está prevista em proposta aprovada pelo Plenário. **4**



No Plenário, senadores discutem as propostas nos intervalos das votações comandadas por Sarney e Marconi Perillo

Conselho de Ética elege Paulo Duque para presidente

Novo presidente do colegiado marca para 5 de agosto reunião em que pode apresentar parecer sobre admissibilidade de representações. **6**



Paulo Duque (à mesa, em pé) anuncia convocação de reunião do colegiado para depois do recesso parlamentar

Plenário deve aprovar diretor-geral

Projeto de resolução que prevê sabatina pela CCJ e exame do indicado pelo Plenário está pronto para ser votado. **6**

Plano de saúde terá auditoria do TCU

Decisão de pedir avaliação das contas do plano que atende servidores do Senado foi tomada ontem. **6**



Kátia Abreu: pedido para que fosse mantido texto original sobre custo de obra

Kátia Abreu: apelo contra corrupção

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu ontem ao ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que fosse mantido no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 o texto estabelecendo que o custo global de obras e serviços públicos seja obtido a partir de custos unitários de insumos, iguais ou menores à chamada mediana de preços.

Para a senadora, uma emenda introduzida pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) prevendo que o custo global da obra será obtido com base na mediana – média de preços do mercado – “abrirá as portas do superfaturamento e da corrupção”.

COMISSÃO APROVA EMBAIXADOR EM ANTIGUA E BARBUDA

A mensagem presidencial com a indicação do diplomata Brian Michael Fraser Neele para o cargo de embaixador junto a Antigua e Barbuda foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A chancelaria brasileira naquele país foi estabelecida em fevereiro deste ano.

– Cuba, México e Venezuela têm embaixada lá. O fato de eles já estarem em Antigua e Barbuda exige a nossa presença ali também – disse Michael Neele.

CRE RATIFICA SEIS ACORDOS E CONVENÇÕES FIRMADOS PELO PAÍS

Por meio de seis projetos de decreto legislativo, a CRE ratificou, entre outros, memorando de cooperação científica entre Brasil e Venezuela; acordo de cooperação técnica com Ruanda; convenção com o Peru para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; e acordo com a Bolívia para a construção de uma ponte internacional sobre o igarapé Rapirã, entre as cidades de Plácido de Castro (AC) e Montevideo, naquele país.

2009 É O ANO INTERNACIONAL DA ASTRONOMIA

O Brasil, e outros 134 países, integrou-se às comemorações do Ano Internacional da Astronomia 2009, abertas em Paris, na França. Os organizadores brasileiros consideram o ano como “o maior evento de divulgação científica já realizado no país e no planeta”. Os principais objetivos são difundir conhecimentos científicos, promover observações celestes, fortalecer comunidades astronômicas, aperfeiçoar o ensino científico e melhorar a inclusão social no mundo científico. O cronograma das atividades está disponível em www.astronomia2009.org.br.



Raimundo Colombo diz que bloqueio de verbas tira credibilidade dos políticos

Colombo reclama liberação de emendas

A suspensão da liberação de verbas previstas em emendas parlamentares está colocando o Congresso Nacional em situação difícil perante os prefeitos, os vereadores e a população, observou ontem Raimundo Colombo (DEM-SC).

Emenda que apresentou no ano passado destinava recursos à construção de uma ponte destruída por enchente em Blumenau (SC), mas o senador admitiu não ter conseguido vencer a burocracia da Caixa: os recursos estão empenhados, mas não são liberados.

– Por isso, o desgaste da classe política é cada vez maior, porque nos estão tirando a credibilidade – protestou.

Congresso aprova diretrizes orçamentárias para 2010

Governo desistiu da proposta que permitia a utilização de 1/12 avos por mês dos investimentos para 2010, caso o Congresso não aprovasse o Orçamento ainda este ano

O PROJETO DE Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 foi aprovado ontem à noite pelo Congresso, depois que o governo federal concordou em atender a várias reivindicações da oposição. Uma delas, tida como fundamental, foi a retirada de dispositivo que autorizava o governo, na hipótese de não haver Orçamento anual aprovado pelo Congresso, a gastar até 1/12 avos por mês dos investimentos previstos na proposta de lei orçamentária.

– Permitir que o Executivo apresente o Orçamento e sem a deliberação, sem a sanção do presidente da República, e possa executar 1/12 avos a cada mês das despesas de custeio e de investimento na administração direta e indireta, seria o mesmo que dizer: “Não precisamos da anuência do Congresso Nacional” – resumiu o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA).

TCU

O governo cedeu ainda ao

admitir na LDO mecanismo que define a sistemática a ser adotada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para cálculo do custo global de obras e serviços públicos. A nova metodologia – “mais adequada para evitar sobrepreços em obras públicas”, na opinião da oposição – baseia-se na adoção de custos unitários de insumos e serviços, iguais ou menores à chamada mediana de preços. No texto aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), os custos de insumos e serviços poderiam variar em torno da mediana, assumindo, portanto, valores a maior.

Gastos com pessoal

O projeto aprovado torna ainda obrigatória a divulgação pela internet das tabelas remuneratórias e de dados relativos à lotação dos servidores de todos os Poderes e Ministério Público da União, incluindo a administração indireta. A determinação se aplica aos empregados ter-

ceirizados. Outra previsão do projeto reserva R\$ 1,3 bilhão para o ressarcimento de estados exportadores por perdas decorrentes da concessão de incentivos fiscais, em função da aplicação da Lei Kandir, que desonera exportações.

Fundo Soberano

A LDO para 2010 prevê a inclusão, no projeto de lei orçamentária ou em projetos de créditos adicionais, de todas as operações financeiras relacionadas ao Fundo Soberano do Brasil. A medida foi considerada importante para se conferir a necessária transparência às aplicações de recursos públicos do fundo.

Outro dispositivo da LDO estabelece a divulgação das entidades privadas beneficiadas com recursos da União. Caberá ao próprio setor público assegurar a divulgação de informações atualizadas na internet, com nome, endereço e CNPJ das entidades beneficiárias.

Eleições: regras podem valer para rádios comunitárias

A Lei Eleitoral deverá ser alterada para explicitar que as rádios comunitárias também devem se submeter às regras sobre propaganda eleitoral.

Foi o que decidiu ontem a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ao aprovar projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO), que será ainda analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

O projeto (PLS 212/09) estende a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias, necessidade já reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Raupp explica ainda que a alteração é necessária para dirimir dúvida existente em dispositivo (art. 48, inciso 2º) da Lei Eleitoral. Por essa determinação, nas localidades em que não haja emissoras, os órgãos regionais de direção da maioria dos partidos participantes do pleito poderão requerer à Justiça Eleitoral a reserva de 10% do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos desses municípios, pelas emissoras geradoras que os atingem.



Raupp quer tratamento igualitário aos municípios na propaganda eleitoral

Segundo Raupp, a medida refere-se a tratamento diferenciado, pois “restringe a propaganda eleitoral gratuita nos municípios em que não há emissoras de rádio ou televisão”.

TV digital

A CCT também aprovou ontem a realização de debate sobre o andamento da implantação da TV digital no país, com especial foco na questão da rede pública de TV digital, da qual fazem parte as TVs legislativas.

Para o autor da proposta, Cícero Lucena (PSDB-PB), a discussão é necessária, pois a autorização para o funcionamento de várias TVs legislativas está dependendo da implantação da TV digital no país.



Acordo garantiu aprovação do projeto, que torna obrigatória divulgação na internet de tabelas remuneratórias dos servidores

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota empréstimos

Às 10h, haverá sessão deliberativa. Na pauta, projetos de autorização de empréstimos para estados e municípios.

Sarney preside sessão às 10h

O presidente do Senado Federal, José Sarney, dirige, às 10h, a continuação da sessão deliberativa extraordinária.

Plenário aprova 37 projetos e rejeita indicação

O Plenário aprovou ontem 37 matérias. Entre elas, o projeto de uma nova Lei Nacional de Adoção e a regulamentação do man-

dado de segurança coletivo, além de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também ontem, foi rejeitada pelo Senado

a recondução de Bruno Pagnoccheschi para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA).

Senadores governistas atribuíram a decisão a protesto dos oposicionistas contra declaração

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria chamado os senadores de "bons pizzaiolos". A sessão foi suspensa e reabre às 10h de hoje.

Nova Lei de Adoção visa garantir direito à convivência familiar

O texto da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 314/04) de Patrícia Saboya (PDT-CE) que institui uma nova Lei Nacional de Adoção foi aprovado ontem pelo Plenário e segue agora à sanção presidencial. O texto é centrado na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proposta, relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP), permite que a adoção seja feita por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, e, no caso de adoção conjunta, exige que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.

É prevista a criação de cadastros nacional e estaduais de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. Também haverá um registro de pessoas ou casais residentes fora do país interessados em adotar. Atualmente, a lista nacional de pais adotantes conta com 22 mil candidatos,

e 2 mil crianças esperam por adoção.

Entre as inúmeras sugestões de mudanças na lei atual, está a definição do conceito de família ampla, com empenho para que os menores permaneçam com a família original e, em caso de impossibilidade, com parentes próximos, como avós, tios e primos. O tempo de permanência nos abrigos deverá ser, no máximo, de dois anos e em endereço o mais próximo possível ao da família. Outra medida é a não punição da adoção informal no Brasil, sem intermediação de autoridades.

A proposta prevê ainda que crianças indígenas e as oriundas de comunidades quilombolas sejam adotadas dentro das próprias comunidades, para preservar suas identidades culturais.

A adoção internacional será possível somente em última hipótese, sendo a preferência dada sempre a adotantes nacionais e, em seguida, a brasileiros residentes no exterior. A medida está de acordo com a Convenção de Haia.



Patrícia Saboya: proposta foi orientada pelo Estatuto da Criança

quem aliciar, agenciar, atrair ou induzir crianças ou adolescentes à exploração sexual ou à prostituição. Ele observa ainda que a proposição aumenta as penas daqueles que praticarem tais crimes "mediante violência ou grave ameaça" e "de quem tira proveito da exploração ou participa de seus lucros".

Nesse último caso, o texto prevê, como efeito automático da condenação, a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento, além da perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na exploração do menor.

Marcelo



Visitantes lotam galeria para acompanhar sessão, que será reaberta às 10h de hoje

Mais vagas em creche e pré-escola para crianças com deficiência

Foi aprovado pelo Plenário projeto de lei que estabelece a reserva de, no mínimo, 10% das vagas em todas as creches e pré-escolas para crianças com deficiência, que deverão ser atendidas por profissionais habilitados. A proposta, que acrescenta artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), segue para a Câmara dos Deputados.

De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto (PLS 9/02) objetiva garantir a inserção social das crianças com deficiência.

Pornografia infantil

Também foram aprovadas as emendas da Câmara dos Deputados ao projeto de lei (PLS 254/04) que pune com pena de reclusão de dois a seis anos e multa quem apresentar, fotografar, filmar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer

meio de comunicação, inclusive a internet, cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente. A matéria vai à sanção presidencial.

A primeira emenda acrescenta ao projeto pena para quem também praticar a infração nas salas de bate-papo da internet. Acrescenta ainda parágrafo aumentando em um terço as penas nos casos em que a infração estiver entre as dispostas no Título VI do Código Penal. A segunda emenda inclui como infração quem portar ou comprar cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

O projeto foi proposto pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que funcionou de 2003 a 2004, e pediu o indiciamento de mais de 200 pessoas no país.

Paternidade presumida passa no Plenário

O projeto de lei (PLC 53/07) que regula a investigação de paternidade de filhos nascidos fora do casamento recebeu voto favorável do Plenário. A proposta estabelece a presunção de paternidade no caso de recusa do suposto pai em submeter-se ao exame de código genético (conhecido como exame de DNA). A matéria segue para sanção presidencial.

Apresentado em 2001 pelo deputado Alberto Fraga (DEM-DF), o projeto chegou ao Senado em julho de 2007 e, em junho de 2009, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator no colegiado foi o senador Marco Maciel (DEM-PE).

A proposta altera a Lei de Investigação de Paternidade (Lei 8.560/92). A presunção de paternidade, entretanto, deverá ser apreciada em conjunto com o contexto mais amplo de provas, como elementos que demonstrem a existência de relacionamento entre a mãe e o suposto pai. Não se poderá presumir a paternidade se houver provas suficientes que demonstrem a falta de fundamento da ação.

Para Maciel, a determinação para que se confronte o resultado do exame de DNA com outras provas é acertada. Como observou, o teste apresenta mínima possibilidade de erro, mas essa ínfima margem justifica cautela nas decisões.

O senador também manifestou concordância com o princípio de reconhecer a cada pessoa o direito à filiação paterna. Em sua avaliação, o direito à paternidade sobrepõe-se ao argumento de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si, utilizado por quem se recusa a se submeter ao exame de DNA. Marco Maciel argumenta que o direito à filiação está ancorado na Constituição porque a identidade da pessoa "está diretamente ligada à sua imagem e à sua honra".

LEIA MAIS SOBRE DECISÕES DO PLENÁRIO NAS PÁGINAS 4 E 5

Penas mais rigorosas para exploração sexual de menor

Projeto de lei que amplia as condutas passíveis de punição nos casos de exploração sexual e prostituição de menores, além de aumentar as penas para esses delitos, foi aprovado ontem pelo Senado. De iniciativa da CPI da Pedofilia, a matéria será enviada à deliberação da Câmara dos Deputados.

A proposta (PLS 275/08) altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei de Crimes Hediondos e da Lei de Prisão Temporária. Conforme destaca o relator, senador José Nery (PSOL-PA), no seu parecer, o projeto pune com rigor

quem aliciar, agenciar, atrair ou induzir crianças ou adolescentes à exploração sexual ou à prostituição. Ele observa ainda que a proposição aumenta as penas daqueles que praticarem tais crimes "mediante violência ou grave ameaça" e "de quem tira proveito da exploração ou participa de seus lucros".

Nesse último caso, o texto prevê, como efeito automático da condenação, a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento, além da perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na exploração do menor.

Projeto torna crime sexo com criança ou adolescente em situação de prostituição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta da CPI da Exploração Sexual, encerrada em 2004, de criar legislação mais rígida para punir crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O texto resultou de partes do substitutivo aprovado no ano passado pela Câmara dos Deputados e do projeto originalmente aprovado pelo Senado, onde a matéria iniciou sua tramitação, com votação concluída em 2005.

Integrantes da CPI mista, as senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Patrícia Saboya (PDT-CE) elogiaram a decisão do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), de restabelecer boa parte do texto original e de apressar a apresentação do relatório.

O projeto (PLS 253/04) caracteriza de forma mais objetiva os crimes de tráfico de pessoas para a exploração sexual e torna crime submeter, induzir ou atrair à prostituição – ou outra forma de explo-

ração – pessoa menor de 18 anos. E vai além disso ao enquadrar a própria pessoa que faz sexo ou pratica ato libidinoso com menor de 18 que se encontre em situação de prostituição. A pena de reclusão é de quatro a dez anos. O texto altera a parte do Código Penal que trata dos "crimes contra os costumes", passando a denominar esse título de "crimes contra a dignidade sexual", com agravamento das penas atualmente previstas. Há ainda previsão de aumento das penas em duas

hipóteses: de um quarto a mais do tempo de prisão quando o crime for cometido por duas pessoas ou mais; ou ampliação em até metade a mais do tempo de prisão quando o agente for ascendente, padrasto, madrasta, tio, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador da vítima – esse mesmo aumento de pena ocorrerá quando a violência sexual provocar gravidez.

A proposta será agora analisada pelo Plenário.

Benefício para consumidores de baixa renda, ensino fundamental e médio para presidiários, novas regras para mandado de segurança e política contra o câncer de pele estão entre os 37 projetos aprovados ontem



Marconi Perillo (foto à esq., ao lado de Arthur Virgílio) e José Sarney (foto à dir., entre Demostenes Torres e Magno Malta) presidiram a sessão em que o Plenário do Senado votou várias propostas e que será reaberta hoje, às 10h, para continuidade das deliberações



De autoria de Kátia Abreu, projeto que beneficia avós foi aprovado pela Comissão de Justiça em decisão terminativa

EMPRÉSTIMOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

O Plenário aprovou projetos autorizando o estado de São Paulo a contratar crédito de US\$ 194 milhões; o Espírito Santo, de US\$ 71,5 milhões; o estado do Rio de Janeiro, de US\$ 211,7 milhões; o Pará, de US\$ 10 milhões; e o Distrito Federal, de US\$ 130 milhões. Foram ainda aprovadas autorizações de empréstimo para Recife e Caxias do Sul (RS).

INMETRO AUTORIZADO A ALIENAR IMÓVEL

O Plenário aprovou projeto de lei que autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) a promover a alienação de imóvel situado na Avenida Rui Barbosa, no centro da cidade de Linhares (ES). A proposta (PLC 29/08) será encaminhada a sanção. O projeto recebeu parecer favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES).

MAIS 214 FUNÇÕES PARA O DNPMP

A criação de 214 funções comissionadas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPMP) foi aprovada (PLC 118/09) pelo Plenário e vai a sanção presidencial. Também segue para sanção projeto (PLS 218/06) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que determina aos colégios o envio de informações escolares a pais que não morem na mesma casa que os filhos.

Tarifa social de energia observará a renda

AS NOVAS REGRAS para a concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica, aprovadas ontem pelo Plenário, deverão beneficiar 22 milhões de pessoas de baixa renda, incluindo índios e quilombolas. Se a Câmara dos Deputados acolher o texto que passou no Senado, os descontos vão variar de 10% a 100%, conforme o caso.

A matéria aprovada é um substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 12/08) que altera a

Lei 10.438/02 e foi relatado no Senado por Valdir Raupp (PMDB-RO). Como houve mudança em relação ao que veio da Câmara, a matéria volta ao exame dos deputados.

Atualmente, a Tarifa Social de Energia Elétrica beneficia, com descontos de 10% a 65% na fatura de luz, os consumidores atendidos por instalação monofásica que utilizam até 80kWh por mês, independentemente de renda.

O benefício contempla também aqueles cujas residências utilizem entre 80kWh e 200kWh mensais, atendidos por circuitos monofásicos, com renda familiar *per capita* de até R\$ 120 e que estejam inscritos em algum programa social do governo federal.

Para evitar que consumidores de alta e média renda pudessem vir a beneficiar-se da tarifa social, estabeleceu-se que os descontos

fossem concedidos unicamente em função do critério de renda, e não do consumo mensal.

As famílias indígenas e quilombolas terão direito a desconto de 100% até o limite de consumo de 50kWh/mês, a ser bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Sobre o consumo excedente ao limite estabelecido para essa categoria não será aplicado desconto.

Projeto disciplina o mandado de segurança

O Plenário aprovou projeto de lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. Elaborada por juristas e encaminhada pelo Executivo ao Congresso em 2001, a proposta (PLC 125/06) vai a sanção. O projeto abre o recurso do mandado de segurança coletivo para partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de interesses de seus integrantes ou com finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída. A matéria determina a concessão de mandado de segurança individual a pessoa física ou jurídica que sofra violação ou se sinta ameaçada de sofrê-la por parte de autoridade.

CCJ concede novo direito ao MP e à Defensoria

O Ministério Público e a Defensoria Pública poderão também impetrar mandado de segurança coletivo, assim como partido com representação no Congresso e entidade de classe ou sindical. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 74/07) de Demostenes Torres (DEM-GO) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a inclusão da Defensoria se deve a emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ele, a proposta "dotará esses dois entes de melhores instrumentos para o desempenho de suas nobres atribuições, voltadas para a persecução judicial dos legítimos interesses da sociedade".

Senado deve votar indicação para FMI

O Plenário aprovou ontem emendas da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 50/95) de Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga o Executivo a submeter à aprovação dos senadores os nomes de indicados pelo presidente da República para representar o Brasil em organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros.



Proposta de Simon será enviada a sanção do presidente da República

A proposta, que será encaminhada à sanção do presidente da República, estabelece que o mandato do indicado poderá ser interrompido pela decisão da maioria absoluta dos senadores. Para aprovação, o indicado será sabatinado pelos senadores.

O projeto foi apresentado pelo senador Pedro Simon em 1995 e aprovado no mesmo ano

pela Casa, sendo remetido então ao exame dos deputados. Lá, esperou 13 anos pela votação, quando foram suprimidos dois artigos, considerados inconstitucionais. Um deles dava prazo para o presidente da República regulamentar a lei. O relator da matéria no Senado, Marco Maciel (DEM-PE), concordou que a regulamentação das leis é da competência privativa do presidente da

República.

Ao justificar sua proposição, em 1995, Pedro Simon argumentou que muitas das indicações dos presidentes para organismos internacionais pareciam se sustentar "menos na competência e mais na amizade e fidelidade" ao chefe de governo do momento.

Escola garantida para presidiários

O Senado aprovou projeto tornando obrigatória nos presídios a oferta de cursos dos ensinos fundamental e médio integrados ao sistema escolar de cada estado. A medida prevê que os cursos sejam oferecidos nas modalidades de educação de jovens e adultos ou de educação a distância. Os programas deverão ser financiados com o apoio da União, com recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e também com recursos do sistema estadual de Justiça e da

administração penitenciária.

O projeto (PLC 95/02) foi relatado por Romeu Tuma (PTB-SP). A proposta torna ainda obrigatória a oferta de cursos e programas de educação profissional aos presos.

Outro projeto (PLC 81/08) aprovado tipifica como crime o ingresso de celulares, rádio ou aparelhos similares, sem autorização legal, em penitenciárias. De autoria do então deputado Alberto Fraga, a matéria foi também relatada pelo senador Romeu Tuma.

SEGURANÇA NA TATUAGEM

O Senado aprovou a obrigatoriedade de desinfecção e esterilização dos instrumentos e utensílios utilizados por barbeiros, manicures, pedicuros, tatuadores e aplicadores de *piercings*. O objetivo do projeto (PLC 1/09) é proteger os usuários desses serviços – que provocam ou podem provocar cortes ou perfurações no corpo – do risco de inocular de agentes de doenças infectocontagiosas, como Aids e hepatite dos tipos B e C, transmitidos por meio de objetos perfurantes ou cortantes contaminados. A esterilização deve ser feita de acordo com as normas da vigilância sanitária. Aprovado com emenda, o projeto volta à Câmara dos Deputados.

PRAZO EM PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Foi aprovado ontem projeto de lei (PLC 48/08) que regulamenta a contagem de prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial. A proposta estabelece que, nesse caso, o início do prazo será a data de registro do protesto. O objetivo é resolver o problema do hiato entre a data de protocolo do protesto e a de seu efetivo registro. A matéria vai agora a sanção.

O Senado também acolheu projeto (PLC 81/05) que confere prioridade a tramitação, procedimentos e execução dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, em qualquer instância. A proposta retorna à Câmara dos Deputados.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Vai a sanção presidencial o projeto de lei (PLS 507/03) que define as categorias de trabalhadores que podem ser classificadas de profissionais da educação básica. As emendas da Câmara ao projeto foram aprovadas ontem pelo Senado. Serão considerados profissionais da educação básica os que atuam na área efetivamente, com formação em cursos de nível médio ou superior para a docência na educação infantil ou nos ensinos fundamental e médio. A proposta também inclui os que têm cursos de Pedagogia, de graduação, mestrado ou doutorado, e trabalhadores da educação com diplomas de curso técnico ou superior em áreas pedagógicas.

"JUSTIÇA PELAS PRÓPRIAS MÃOS"

Autor de crime praticado com a intenção de "fazer justiça pelas próprias mãos" terá a pena aumentada em um terço, conforme projeto de lei (PLC 137/08) aprovado pelo Senado. A penalidade também alcança crimes cometidos por grupos de extermínio ou milícias privadas, a pretexto de oferecer serviços de segurança. Como recebeu emendas no Senado, o projeto retornará à Câmara. Em seu parecer, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que a simples existência de organização paramilitar já é antijurídica, independentemente de sua finalidade.

POLÍTICA CONTRA O CÂNCER DE PELE

Evitar o aparecimento do câncer de pele e o agravamento de outras doenças é o objetivo do projeto que cria a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde (PLC 111/05). A matéria foi aprovada pelo Plenário na forma de substitutivo. O projeto institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol e facilita o acesso ao protetor, bloqueador ou filtro solar. Por meio de leis específicas, o poder público poderá isentar ou reduzir alíquotas dos tributos que incidem sobre esses produtos. O filtro solar também integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol.

MOTORISTA PODERÁ ANDAR COM CÓPIA

Com a aprovação pelo Senado, vai à sanção do presidente da República projeto da Câmara (PLC 155/08) que permite aos motoristas utilizarem cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual de Veículo.

Alegando que o uso de cópia dificultava a fiscalização, o Contrans publicou resolução em 2007 que considera apenas o documento original.

CIRURGIA DÁ DIREITO A BOLSA DE COLOSTOMIA

O Plenário aprovou substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 59/06) que obriga planos e seguros privados de saúde a fornecerem bolsas de colostomia (coletor de fezes) para pacientes submetidos a cirurgias no intestino. Segundo a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), hoje o material, descartável, deve ser adquirido pelo usuário. A matéria volta à Câmara.

APROVADOS ACORDOS FIRMADOS PELO BRASIL

Foram aprovados pelo Plenário do Senado seis acordos internacionais firmados pelo Executivo, entre eles a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados – um dos mais importantes acordos celebrados após a 2ª Guerra Mundial –, que rege todos os demais tratados. Outros acordos, em várias áreas, foram assinados pelo Brasil com a Bolívia, Argélia, Zâmbia e Rússia.

Proposta que objetiva maior apoio emocional a crianças e adolescentes determina que, se houver recusa dos pais, o juiz poderá decidir sobre a conveniência da visita

Lei pode assegurar aos avós o direito de visitar os netos

SE O CÓDIGO Civil obriga os avós a contribuírem para a subsistência dos netos na falta de condições materiais dos pais, deverá assegurar a eles, agora, o apoio emocional a essas crianças e adolescentes por meio do convívio familiar. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 692/07) da senado-

ra Kátia Abreu (DEM-TO) que garante aos avós o direito de visita aos netos. O relator da matéria, senador Marco Maciel (DEM-PE), apresentou voto pela aprovação, com emenda.

Kátia Abreu argumenta, na justificativa do projeto, que é usual, ao término de um relacionamento conjugal, surgirem desavenças e ressentimentos entre o casal e, não raras vezes,

tendência a vingança e represália, levando ao afastamento dos filhos "do causador da dor e de seus demais familiares".

Foi para coibir esse comportamento, chamada Síndrome da Alienação Parental, que a senadora apresentou a proposta. No caso de um dos pais se opor à visita dos avós aos netos, o juiz decidirá sobre a conveniência e a oportunidade dessas visitas.



De autoria de Kátia Abreu, projeto que beneficia avós foi aprovado pela Comissão de Justiça em decisão terminativa

Professor deverá ter prioridade em curso de formação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) poderá ser alterada para assegurar aos professores que não tenham habilitação em nível superior vagas nos cursos de formação de docentes.

A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será ainda analisada pela Comissão de Educação, (CE), em decisão terminativa.

De autoria do então senador Eurípedes Camargo, o projeto (PLS 45/03) previa, originalmente, o benefício somente a professores da rede pública.

Defensoria Pública deve ter mais prazo para ação principal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 347/08) que altera o Código de Processo Civil (CPC) ampliando para 60 dias o prazo dado à Defensoria Pública para ajuizar a ação principal nos processos em que medida cautelar preparatória tenha sido concedida.

Nos demais casos, ficará mantido o prazo de 30 dias para que a parte beneficiada com o deferimento de medida cautelar preparatória ingresse com o processo principal.

CCJ aprova 141 novos cargos de juiz para TRT

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, com sede em São Paulo, poderá ser reforçado com a criação de 141 cargos de juiz substituto, como previsto em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLC 89/09), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi justificada como um requisito para o fortalecimento da estrutura organizacional do tribunal, para maior eficiência e rapidez nas decisões dos processos examinados.

Programa recupera áreas danificadas por chuvas

Proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) autoriza o Poder Executivo a instituir programa para revitalizar as áreas atingidas por enchentes em 2008 e 2009.

Segundo o autor, Raimundo Colombo (DEM-SC), as inundações do período se caracteriza-

ram pelo alto grau de destruição em todo o país, o que torna a medida urgente.

O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), destacou os problemas de ordem econômica e social gerados pelas chuvas e defendeu recursos para atendimento às famílias desabrigadas, ações de saúde e obras de infra-

estrutura.

A matéria (PLS 16/09) será agora analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde receberá decisão terminativa e poderá seguir direto para exame na Câmara dos Deputados.

Ilhas dos Currais deve se tornar Parque Nacional

Projeto do ex-deputado federal Luciano Pizzatto que cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Paraná, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e será agora examinado pela Comissão de Meio Ambiente. Conforme o PLC 60/03, essas ilhas constituem um dos mais ricos pontos de formação de ninhos do sul do Brasil e do Atlântico Sul. O Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná, já desenvolve pesquisas nas ilhas.

Proposta institui duas novas áreas de livre comércio

O projeto de Marisa Serrano (PSDB-MS) de criação de áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã (MS) – nos moldes das criadas em Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO) e Macapá (AP) – foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Marisa justifica que essa é uma resposta ao desafio de promover o desenvolvimento da região de fronteira.

Cota para idoso no serviço público é acolhida na CDH

O idoso poderá ter direito a reserva de 5% das vagas em concursos para o serviço público. A proposta (PLS 56/09), porém, excetua os casos em que o cargo a ser ocupado seja incompatível com a falta de vigor físico. Esse é o teor do projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e que terá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Novo presidente do colegiado deverá apresentar no início de agosto seu parecer sobre a admissibilidade de representações contra Sarney e Renan

WaldemirBarreto



Duque (C, na foto à esquerda) recebeu dez votos dos membros do conselho. Houve quatro em branco e uma abstenção

Paulo Duque é eleito para presidir o Conselho de Ética

O SENADOR PAULO Duque (PMDB-RJ) foi eleito na tarde de ontem presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que estava sem funcionar desde o início do ano legislativo. Candidato único, ele recebeu 10 dos 15 votos dos senadores do conselho. Houve quatro votos em branco e uma abstenção. Os opositoristas anunciaram, antes da eleição, que votariam em branco. A sessão foi presidida por Eliseu Resende (DEM-MG).

Ao assumir o cargo, Paulo Duque convocou nova reunião para a primeira quarta-feira após o recesso parlamentar, dia 5 de agosto, quando pretende realizar eleição para a vice-presidência e poderá apresentar seu parecer sobre a admissibilidade de duas representações apresentadas pelo PSOL e três denúncias feitas pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

As representações são contra

o atual presidente do Senado, José Sarney, e o ex-presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), por conta dos chamados atos secretos do Senado. As denúncias se dirigem a Sarney e se referem a desvio de verbas da Fundação José Sarney, a empréstimos consignados concedidos a servidores do Senado com a interveniência de uma empresa do sobrinho do presidente da Casa e a declarações de Sarney, em Plenário, sobre sua participação na fundação.

Pelo regimento do Conselho de Ética, o seu presidente deve informar ao Plenário se aceita ou não uma investigação, no máximo, em cinco dias úteis depois de apresentadas – o período de recesso não é contado.

Antes da votação do novo presidente, Arthur Virgílio disse acreditar que Paulo Duque “honrará seu passado” de luta contra a ditadura e seguirá o regimento

“sem pestanejar”. Afirmou, porém, que as oposições pretendem sempre recorrer ao Plenário e até à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quando entendem que as decisões do presidente do conselho não estão seguindo o regimento.

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), disse que foi surpreendido pela decisão de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) de renunciar à sua indicação a membro do conselho, feita pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Sérgio Guerra (PSDB-PE), Demostenes Torres (DEM-GO) e Mária Serrano (PSDB-MS) alertaram para a importância do Conselho de Ética em um momento de crise no Senado. Jefferson Praia (PDT-AM) ponderou que os senadores do colegiado devem votar as denúncias contra colegas “conforme suas consciências, e não segundo determinação partidária”.

Valadares e João Ribeiro desistem de suas indicações ao colegiado

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Ribeiro (PR-TO) declinaram ontem de suas indicações para compor o Conselho de Ética da Casa. Seus nomes e de outros senadores haviam sido aprovados na terça-feira pelo Plenário.

Valadares chegou a ser cotado para presidir o conselho. Ele leu em Plenário carta dirigida a Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do Bloco de Apoio ao Governo, solicitando sua substituição “em caráter irrevogável”. Na carta, agradece a indicação e a confiança dos líderes que o apoiaram. Valadares disse que chegou a pensar que seu nome poderia alcançar o consenso necessário para que os trabalhos no órgão se desenvolvessem num

clima respeitoso, mas observou que isso não ocorreu.

No pronunciamento, Valadares afirmou que o fato de o conselho ainda não estar funcionando depois de seis meses prejudica a imagem do Senado. Também disse que os debates “intermináveis” que têm ocorrido no Plenário acerca da crise do Senado não têm contribuído nem para melhorar a imagem da Casa nem para solucionar os problemas que ela enfrenta.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) leu requerimento de João Ribeiro também declinando da indicação para o conselho. João Ribeiro alegou que “atos de parlamentares devem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal, como manda a Constituição”.

Plano de saúde do Senado terá auditoria externa

O Conselho de Administração do Sistema Integrado de Saúde (SIS) do Senado Federal, na primeira reunião depois de retomar suas atividades, decidiu pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nas contas do plano de saúde que atende servidores da Casa e senadores.

O conselho, presidido pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), realizou um levantamento preliminar da situação do SIS e decidiu pedir um estudo técnico sobre a viabilidade de incluir a movimentação das contas do plano de saúde no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Nomeação do diretor-geral do Senado passará pelo Plenário

A nomeação do diretor-geral do Senado só poderá ocorrer após sabatina do indicado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e sua aprovação prévia pelo Plenário. As mudanças, previstas em projeto de resolução (PRS 28/09) dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), foram aprovadas ontem pela CCJ. Relatou a proposta, com parecer favorável, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Após longa discussão, ficou definido que o diretor-geral será escolhido entre os servidores efetivos do Senado e nomeado pelo presidente da Casa após o Plenário referendar a indicação. A nomeação também deverá ser

precedida de arguição pública do indicado pela CCJ, procedimento que terá de ser realizado dentro de cinco dias úteis da indicação pelo presidente do Senado. Durante a sabatina, o indicado deverá apresentar seu plano de trabalho.

Conforme o projeto aprovado, o prazo de exercício da função de diretor-geral não poderá exceder o mandato dos membros da Comissão Diretora à época da nomeação de seu ocupante. E será proibida a recondução para o período imediatamente subsequente.

Quanto à exoneração, poderá ser feita por iniciativa do presidente ou de líder partidário, devendo ser precedida também da aprovação do Plenário.



Demostenes Torres (C) e Aloizio Mercadante discutem parecer de Tasso Jereissati (E)

Senadores da CCJ se dividem sobre proposta aprovada

A discussão do projeto de resolução (PRS 28/09) que alterou o processo de nomeação do diretor-geral do Senado dividiu opiniões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De um lado, senadores que apoiaram o parecer favorável de Tasso Jereissati (PSDB-CE), estabelecendo a aprovação prévia do indicado pelo Plenário. De outro, parlamentares simpáticos à argumentação do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), de que a exigência de aval do Plenário seria uma tentativa da Comissão Diretora de diluir sua responsabilidade no exercício do cargo.

As considerações de Demostenes receberam vários apoios. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) propôs o exercício exclusivo do cargo por servidores efetivos do Senado. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a descentralização das atribuições

do diretor-geral. Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (PTB-SP), Raimundo Colombo (DEM-SC) e Adelmir Santana (DEM-DF) sustentaram que a Comissão Diretora é que deve assumir a responsabilidade pelos atos administrativos.

Na outra ponta, o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que a proposta partiu dos líderes partidários. De acordo com Arthur Virgílio (PSDB-AM), as mudanças foram negociadas com os senadores após as denúncias de supostas irregularidades praticadas pelo ex-diretor-geral Agaciel Maia.

A proposta de responsabilização coletiva pela administração do Senado também foi endossada por Renato Casagrande (PSB-ES), Marina Silva (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Inácio Arruda

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

ACM Júnior alerta para violência na Bahia



Antonio Carlos Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou ontem que a população da Bahia está acuada pela violência. O senador creditou ao atual governador, Jaques Wagner, a responsabilidade pelo crescimento da criminalidade no estado nos últimos anos. Em 2008, informou, o número de assassinatos na região metropolitana de Salvador foi quase 50% maior que o de 2007.

– Impera em nossas cidades um clima de tamanho desassossego, que contamina todos nós, pois sabemos que a população está desprotegida, e o estado pouco ou nada está fazendo para resolver a situação – disse.

Garibaldi lamenta saída de Lina Vieira



Garibaldi Alves Filho

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou em Plenário a competência profissional da secretária da Receita Federal, Lina Vieira, cuja saída do cargo foi anunciada ontem. Garibaldi lembrou que ela foi secretária de Tributação do Rio Grande do Norte quando ele era governador.

No estado, ressaltou o senador, Lina Vieira promoveu aumento das arrecadações e tornou a máquina pública mais eficaz. E foi a primeira mulher a comandar o fisco brasileiro, permanecendo 11 meses no cargo.

– Eu tenho certeza que ela, nesse ponto culminante da sua carreira, não iria fracassar – afirmou.

João Pedro quer iniciar CPI com depoimento de Sergio Gabrielli

O presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima; o diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa; e o gerente-executivo de Comunicação Institucional da Petrobras, Wilson Santarosa, deverão ser os primeiros a serem convocados pela CPI da Petrobras.



João Pedro

O presidente da comissão, João Pedro (PT-AM), requereu ontem que essas autoridades sejam convidadas a esclarecer denúncias de irregularidades na estatal e na ANP.

Na opinião do senador, é importante para o funcionamento da CPI que suas atividades comecem com a audiência do presidente e de diretores

da Petrobras, além do diretor-geral da ANP. Por isso, João Pedro adiantou que defenderá os requerimentos na primeira reunião da CPI, marcada para o dia 6 de agosto.

– Considero a presença dos diretores da Petrobras, no início dos trabalhos da CPI, ideal para avançarmos nos esclarecimentos e aprofundarmos o debate sobre a instituição.

Segundo a assessoria da CPI, nas primeiras 24 horas após a instalação da comissão foram apresentados 82 requerimentos de informações e de convites para depoimentos. As solicitações serão votadas em agosto, juntamente com o plano de trabalho do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Anvisa: controle sanitário da gripe A tem sido eficiente

Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária assegurou à Comissão de Assuntos Sociais que não haverá relaxamento na prevenção à transmissão do vírus

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, afirmou que o controle sanitário de portos, aeroportos e fronteiras foi bastante reforçado para enfrentar a pandemia da gripe A (H1N1). Ele disse que o controle tem-se mostrado eficiente e garantiu que não haverá relaxamento das medidas.

Raposo de Mello lamentou a ocorrência de quatro mortes no Brasil, mas assinalou que, durante o ano passado, houve 70 mil mortes em consequência da gripe comum, o que demonstra que o novo vírus não



Dirceu Raposo, da Anvisa, ao lado da presidente da CAS, Rosalba Ciarlini

é muito letal. Ele lembrou que, em 2008, morreram entre 500 mil e 1 milhão de pessoas, no mundo inteiro, vitimadas pelos vários tipos de vírus da gripe já conhecidos.

Em resposta à senadora Fá-

tima Cleide (PT-RO), que manifestou sua preocupação com a venda de medicamentos pela internet, o presidente da Anvisa disse que a agência editará, em breve, uma resolução sobre essa forma de comercialização.

CPI da Pedofilia ouve relato de abuso sexual contra menor

A CPI da Pedofilia ouviu ontem o depoimento de Sérgio Teixeira Duarte e Liliana Alvarenga M. de Castro Duarte. Eles acusam a sobrinha, Júnia Fonseca Duarte, e seu namorado, Fernando Luís Mattos da Matta – o DJ Marlboro –, de terem abusado de sua filha de 4 anos, no Rio de Janeiro. Sérgio e Liliana moram em Belo Horizonte e permitiram que a menina passasse alguns dias na casa do tio, Luiz Teixeira Duarte, irmão de Sérgio e pai de Júnia, em março do ano passado.

O presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), disse ter ficado “pasmado” com o relato do pai e da mãe da menina.

A CPI ouviu também o depoimento de Geraldo Henrique Correa, dirigente do Instituto Pró-Cidadania de Catanduva (SP). Malta o apresentou como

um dos denunciadores dos casos de pedofilia investigados pela CPI naquela cidade. O depoente se disse perseguido pelo promotor local e pelo presidente da câmara dos vereadores, que entraram com processo contra ele sob a acusação – que ele nega – de ter utilizado de aparelhos da casa legislativa da cidade para divulgar fotos dos acusados de terem cometido pedofilia.

Também em depoimento à comissão, o ex-delegado da Polícia Civil de Coari (AM), Osvaldo Figueiredo Maia, negou qualquer envolvimento com o ex-prefeito da cidade, Adail Pinheiro, ou com então secretário de Administração, Adriano Teixeira Salan. Adail Pinheiro é acusado de integrar uma rede de pedofilia descoberta pela Operação Vorax da Polícia Federal do Amazonas.

Valadares quer ampla campanha sobre nova gripe

As autoridades sanitárias devem promover ampla campanha de esclarecimento da população sobre as formas de propagação da gripe suína, recomendou ontem o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Pacientes e pessoas que entram em contato com gripados devem lavar as mãos com água e sabão com maior frequência, levando em conta que essa medida simples reduz o risco de infec-

ção e de transmissão. As autoridades devem divulgar por todos os meios, da forma mais didática, essa informação – afirmou.

Com base no fato de que o maior cuidado para que a pessoa infectada não passe o vírus adiante é o isolamento domiciliar, Valadares também cobrou a ampliação da capacidade de diagnóstico por parte do sistema de saúde pública.



Valadares

Mesquita Júnior pede mais atenção ao Mercosul

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem que o Congresso Nacional tem dado pouca atenção ao Mercosul, ao trabalho desenvolvido no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e à possibilidade de o Brasil eleger no próximo ano, pelo voto direto, seus 37 representantes na instituição. Ele explicou que os atuais representantes são deputados e senadores indicados pelos respectivos líderes partidários

para cumprirem um mandato de dois anos, mas não foram eleitos diretamente para esse fim.

– Acho que todos nós deveríamos nos comprometer para, no início do segundo semestre, fazer um esforço e tratar desse assunto. A gente precisa democratizar a discussão sobre o Mercosul – alertou.

Mesquita Júnior também defendeu o ingresso da Venezuela no bloco.



Mesquita Júnior

Expedito Júnior culpa Minc por invasão

Expedito Júnior (PR-RO) disse que o governador de Rondônia, Ivo Cassol, não pode ser responsabilizado pela invasão da hidrelétrica de Jirau por pequenos produtores rurais. A manifestação ocorreu em protesto contra a recusa do governo federal em cumprir promessa de trocar a área do Bom Futuro pela do Rio Vermelho na construção da usina. A medida manteria os produtores rurais no Bom Futuro. O senador responsabilizou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pelo descumprimento do acordo. Expedito Júnior também defendeu a transferência dos servidores do então território de Rondônia para a folha de pagamento da União.



Expedito Júnior

Augusto Botelho faz balanço do mandato

Ao fazer balanço do seu mandato no primeiro semestre, Augusto Botelho (PT-RR) destacou ações que visaram beneficiar Roraima e a Amazônia.

Nas diretrizes orçamentárias para 2010, por exemplo, o senador disse ter sido responsável pela inclusão do asfaltamento da BR-432 e da ampliação dos recursos destinados a obras de infraestrutura no estado.

Augusto também afirmou que conseguiu liberar recursos de emendas de sua autoria para, entre outras, a construção de um hospital-maternidade em Boa Vista e a reforma total da BR-174.



Augusto Botelho



Jefferson Praia registra ter participado de debates sobre educação

Jefferson presta contas de reunião do Parlatino

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) comunicou a realização, na semana passada, da 10ª reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação do Parlamento Latino Americano (Parlatino), realizada em Quito, Equador.

Integrante da delegação brasileira, o senador informou que, entre os vários temas debatidos, os participantes avaliaram a qualidade da educação na América Latina e a inovação no ensino, além da evasão escolar precoce e a inclusão digital.

De acordo com Jefferson Praia, entre as principais propostas sugeridas por ele, destacam-se a racionalização de gastos, a melhora na gestão do ensino, a reforma de currículos, a permanente avaliação de alunos, professores e escolas e a oferta de maiores incentivos salariais aos professores.



César Borges apoia derrubada de veto a dispositivo da MP 457/09

César Borges defende propostas de prefeitos

As reivindicações de prefeitos e vereadores que participam da 12ª Marcha dos Prefeitos a Brasília receberam o apoio do senador César Borges (PR-BA). Ele deu relevo a duas propostas da marcha: a de regulamentar a Emenda Constitucional 29, em que se determina que lei complementar reavaliará, pelo menos a cada cinco anos, os percentuais mínimos de cada ente da Federação para custeio das ações de saúde; e a de renegociar as dívidas municipais com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Atualmente, municípios e estados são obrigados a aplicar, no mínimo, 15% e 12% de seus recursos na área de saúde, observou o senador. Quanto às dívidas com o INSS, os prefeitos cobram a derrubada de veto presidencial à atualização da dívida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), prevista na Medida Provisória 457/09.

Parlamentar condena falta de controle sobre o setor e aponta como problemas os juros elevados pagos pelos consumidores e as taxas de administração cobradas dos lojistas

Roberto Cavalcanti quer mais rigor com cartões de crédito

O SENADOR ROBERTO Cavalcanti (PRB-PB) criticou ontem as taxas de juros ao consumidor e os prazos de pagamento aos comerciantes praticados pelas administradoras de cartões de crédito. Segundo ele, a falta de controle sobre esse segmento do mercado de crédito atrapalha o bom funcionamento da economia brasileira.

O parlamentar ressaltou que as taxas de administração aplicadas aos comerciantes e os juros e anuidades cobrados dos consumidores são altíssimos. Além disso, as operadoras demoram cerca de um mês para creditar às empresas os valores cobrados dos consumidores, levando o comércio e os prestadores de serviço a buscar empréstimos no mercado financeiro para assegurar capital de giro.



Cavalcanti: diferenciar valor da compra no cartão e à vista não é solução

Roberto Cavalcanti mencionou matéria da Agência Brasil na qual o chefe do Departamento de Operações Bancárias e do Sistema de Pagamentos do Banco Central, José Antonio Marciano, atesta a baixa eficiência do mercado de cartões de crédito. Os problemas já teriam sido

apontados inclusive em relatório conjunto do Banco Central, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

A possibilidade de autorizar descontos para compras à vista – prevista em emenda aprovada pelo Senado à medida provisória transformada no PLV 12/09 – foi considerada absurda pelo senador, já que a compra com cartão é universalmente contabilizada como “crédito à vista”. Ele teme um desestímulo ao uso do cartão, que amplia o ganho em escala dos comerciantes.

– As vendas com cartão compensam eventuais taxas de administração, desde que justas, e não abusivas, como as atuais – observou.

Alvaro Dias: governo Lula apoia banqueiros contra poupadores

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está apoiando banqueiros contra os poupadores, já que o Banco Central solicitou participar, ao lado dos bancos, da ação proposta no Supremo Tribunal Federal para frear milhares de decisões favoráveis aos poupadores prejudicados em seus rendimentos pelo Plano Verão, lançado em 1989 pelo então presidente da República, José Sarney. O senador lembrou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já declarou que o governo fede-

ral “fechou posição contra os poupadores”.

O parlamentar acrescentou que a rentabilidade das aplicações no mercado interbancário – obtida pelas instituições financeiras – foi 6,8 vezes mais elevada do que a rentabilidade da poupança desde a ocasião até o final de 2007. Alvaro Dias disse que, portanto, “é pouco crível que os bancos não estejam preparados para pagar essa conta, ainda mais que isso ocorrerá ao longo de muitos anos”.

– Se todos os valores em discussão tivessem sido creditados



Perdas com o Plano Verão chegam a R\$ 29 bilhões, afirma Alvaro Dias

na poupança por ocasião do Plano Verão, equivaleriam a cerca de R\$ 29 bilhões. É inquestionável. Milhões de poupadores foram lesados pelo critério ilegal de aplicação retroativa dos bancos – advertiu.

“Dilma deu mau exemplo”, afirma Marisa Serrano

Ao incluir em seu currículo títulos acadêmicos que de fato não obteve, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deu um “mau exemplo” aos jovens, criticou ontem em Plenário a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

– A ministra não teve a ideia de quanto isso é prejudicial para a juventude brasileira – comentou a senadora, completando que não é possível compactuar com a mentira de uma ministra que quer ser presidente e que maquia seu currículo.

Recentemente, a imprensa divulgou que Dilma Rousseff não concluiu os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Campinas, informação diferente da que constava na Plataforma Lattes, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo a assessoria da ministra, houve erro no preenchimento dos dados para o cadastro do currículo.

Marisa Serrano afirmou ainda que a educação é fundamental para transformar a sociedade e transmitir valores positivos à juventude.



Marisa Serrano: “É impossível compactuar com a mentira”

Fátima Cleide pede MP sobre hidrelétrica de Jirau

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez apelo para que a Casa Civil envie o mais rapidamente possível correspondência ao governo de Rondônia comprometendo-se com a edição, em no máximo 15 dias, de medida provisória para resolver o impasse em relação às obras da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira.

A construção está paralisada há dois dias em virtude de movimento da população local, que bloqueia o acesso ao canteiro de obras. Segundo a senadora, a ocupação deve-se à falta de acordo entre o governo federal e o governo estadual em relação à Floresta de Bom Futuro e à licença para instalação da hidrelétrica.

Fátima Cleide pediu solução rápida para o problema, uma vez que, como ressaltou, autoridades locais que estariam patrocinando o movimento perderam o controle da manifestação.

A senadora também defendeu proposta de sua autoria que trata da transferência parcial da folha de pagamento do estado de Rondônia para a União.



Manifestantes paralisaram obra em RO, explica senadora



Para Jayme Campos, alíquota atual onera a produção agrícola no estado

Jayme sugere ICMS menor sobre diesel em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) propôs que o governo de Mato Grosso reveja a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel no estado, hoje de 17%, para patamares mais próximos aos de Paraná e São Paulo, que cobram 12%.

O óleo diesel em Mato Grosso é o terceiro mais caro do país, segundo o senador. Para ele, o valor cobrado onera a produção agrícola da região, pois o preço do diesel tem relação direta com 45% do valor de cada tonelada de soja exportada.

– Desonerar o custo do combustível com impostos mais justos representa o mesmo que um programa de incentivo fiscal aos produtores, visto que a diminuição do preço do combustível terá impacto positivo na formulação do preço dos nossos produtos – assinalou.



Osmar: ministro do Trabalho proferirá aula inaugural do programa no Paraná

Osmar ressalta a importância do ProJovem

Osmar Dias (PDT-PR) anunciou em Plenário que levará hoje o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a Pinhal, região metropolitana de Curitiba, para ministrar a aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. O senador classificou o programa, implementado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, como “de significativa importância”.

Segundo Osmar Dias, a iniciativa é uma continuação da proposta de educação em tempo integral sugerida pelo seu partido, o PDT. Conforme explicou, o ProJovem visa atender a famílias que ganham menos de um salário mínimo, fornecendo a jovens de 15 a 24 anos uma bolsa-auxílio de R\$ 100 ao mês, destinada a custear estudos de capacitação profissional.

O ProJovem deverá atender 4,5 milhões de jovens em todo o Brasil, informou o parlamentar.